



4.7. Havendo desistência da participação na atividade de formação em preceptoria, o profissional não fará mais jus ao recebimento da bolsa formação prevista no item 4.3 deste Edital.

4.7.1. Será considerada desistência, para fins deste Edital:

I - a manifestação formal do médico preceptor, por escrito, dirigida e efetivamente entregue ao Coordenador das atividades de aperfeiçoamento em preceptoria e ao Ministério da Saúde, para fins de cancelamento dos pagamentos futuros junto ao sistema de pagamentos adotado, ou

II - a infrequência ou a não realização das atividades de aperfeiçoamento em preceptoria, conforme relatório das atividades, cuja instituição responsável deverá identificar o Ministério da Saúde, para fins de cancelamento dos pagamentos futuros junto ao sistema de pagamentos adotado.

4.8. Na hipótese do inciso II do item 4.7.1, o profissional estará obrigado a restituir ao Ministério da Saúde os valores indevidamente recebidos a título de bolsa durante o período em que não realizou as atividades.

#### 5. DA INSCRIÇÃO: PROCEDIMENTOS E PRAZOS

5.1. O período de inscrição será de 10 de outubro de 2015, às 9h, até 05 de novembro de 2015, às 23h e 59 minutos, conforme cronograma disponível no SIGRESIDÊNCIAS - <http://sigresidencias.saude.gov.br>;

5.2. As inscrições serão realizadas, exclusivamente, por meio eletrônico no SIGRESIDÊNCIAS - <http://sigresidencias.saude.gov.br>.

5.2.1. O formulário de inscrição deverá identificar os preceptores que participarão das atividades de aperfeiçoamento, bem como o número de inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde da(s) unidade(s) de saúde onde desenvolve as atividades de preceptoria.

5.2.3. Deverá ser anexado no SIGRESIDÊNCIAS, obrigatoriamente, em formato PDF ou JPEG, (com capacidade de armazenamento máxima de 1,5 MB por arquivo), Termo de Compromisso assinado pelo coordenador do programa de residência de medicina geral de família e comunidade e pelo gestor da instituição ao qual está vinculado o Programa, conforme modelo disponibilizado no SIGRESIDÊNCIAS;

#### 6. DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES:

6.1. Ao Ministério da Saúde cabem as seguintes responsabilidades:

6.1.1. Fornecer orientações pertinentes às instituições interessadas, no âmbito de suas competências.

6.1.2. Liberar os recursos que assegurem a concessão de bolsas conforme determina a legislação pertinente, de acordo com a Portaria Conjunta nº 11, de 28 de dezembro de 2010 e Portaria Interministerial nº 1.618/MEC/MS, de 01 de outubro de 2015;

6.1.3. Ofertar as atividades de aperfeiçoamento de preceptores, conforme previsto neste Edital e na Portaria Interministerial nº 1.618/MEC/MS, de 01 de outubro de 2015, que institui o Plano Nacional de Formação de Preceptores;

6.2. Aos Programas de Residência de Medicina Geral de Família e Comunidade que aderirem a este Edital cabem as seguintes responsabilidades:

6.2.1. Receber, eventualmente, em suas instalações, representante(s) do Ministério da Saúde, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento das atividades de formação em preceptoria com bolsas financiadas nos termos deste Edital;

6.2.2. Participar de quaisquer eventos oficiais, no âmbito do Programa Mais Médicos, eixo Residências, promovidos pela SGTES/MS e pela SESU/MEC, mediante convocação do Ministério da Saúde.

6.2.3. Comprometer-se com a gestão das bolsas selecionadas, por meio de assinatura de Termo de Compromisso pelo Coordenador do PRMGFC contemplado, a ser firmado após a divulgação dos resultados deste Edital.

6.2.3.1. O Termo de Compromisso a que se refere o item 6.2.3 será disponibilizado no SIGRESIDÊNCIAS - <http://sigresidencias.saude.gov.br>.

6.2.3.2. Após a assinatura do Termo de Compromisso a que se refere o item 6.2.3, o mesmo deverá ser enviado por meio eletrônico, através do SIGRESIDÊNCIAS - <http://sigresidencias.saude.gov.br>

6.2.4. Disponibilizar todas as informações pertinentes ao acompanhamento e avaliação das atividades de aperfeiçoamento em preceptoria desenvolvidas no âmbito do programa, com bolsas financiadas nos termos deste Edital, sempre que solicitadas pelo Ministério da Saúde e pela CNRM.

6.2.5. Cadastrar os preceptores contemplados com bolsas financiadas nos termos deste Edital no SIGRESIDÊNCIAS - <http://sigresidencias.saude.gov.br>.

6.2.6. O pagamento de bolsas concedidas nos termos deste Edital será condicionado ao cadastro dos preceptores no SIGRESIDÊNCIAS - <http://sigresidencias.saude.gov.br>.

6.2.6.1. O cadastro de que trata o item 6.2.5 deverá ser atualizado mensalmente, pelo Coordenador do PRMGFC, com o registro da frequência dos preceptores nas atividades de aperfeiçoamento de que trata este Edital, e observadas as normas contidas na Portaria Interministerial nº 1.618/MEC/MS, de 01 de outubro de 2015.

#### 7. DO ORÇAMENTO

7.1. Os recursos financeiros federais para a execução do disposto nesta Portaria são oriundos do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.2015.214U.0001-PO 000C: Residência em Medicina Geral de Família e Comunidade.

#### 8. DO RESULTADO

8.1. O resultado da adesão será publicado no Diário Oficial da União (DOU), a partir do dia 17 de novembro de 2015.

#### 9. DOS RECURSOS

9.1. Serão admitidos recursos, devidamente fundamentados, com clareza, concisão e objetividade, quanto ao deferimento da adesão, informando as razões pelas quais discorda do resultado.

9.2. Os recursos deverão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias contados da publicação de que trata o item 8.1 deste Edital, considerando-se termo inicial o dia seguinte ao da referida publicação.

9.3. Os Recursos devem ser dirigidos à SGTES/MS e interpostos, exclusivamente, por meio eletrônico, através do endereço [cpdad.depreps@saude.gov.br](mailto:cpdad.depreps@saude.gov.br), tendo como assunto: RECURSO - Edital de Convocação nº 14/SGTES.

9.3.1. O recurso deverá indicar o nome da instituição ou do ente federativo e do seu representante legal e/ou da COREME.

9.3.2. Será admitido apenas um único recurso por instituição ou ente federativo.

9.3.3. Será disponibilizado no SIGRESIDÊNCIAS - <http://sigresidencias.saude.gov.br> um modelo de formulário para apresentação de recurso;

9.3.4. O formulário preenchido de forma incorreta ou incompleta, em branco, ou sem fundamentação ou indicação do item editalício no questionamento não será submetido à avaliação da SGTES/MS.

9.4. A SGTES/MS divulgará o resultado do recurso interposto no SIGRESIDÊNCIAS - <http://sigresidencias.saude.gov.br>.

9.5. Não serão analisados recursos apresentados fora do prazo, por meio diverso daquele previsto neste Edital, ou sem fundamentação lógica e consistente.

9.6. A interposição de recursos não obsta o regular andamento deste processo de chamamento público.

9.7. A SGTES/MS constitui instância única e última para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões, não sendo cabível, sob hipótese alguma, revisão de recurso, recurso do recurso ou recurso hierárquico.

9.8. A SGTES/MS não se responsabiliza por recursos não transmitidos ou não recebidos por motivos de ordem técnica dos computadores, falha de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação e de transmissão de dados, falta de energia elétrica, bem como outros fatores de ordem técnica que impeçam a transferência de dados.

9.9. Em hipótese alguma haverá devolução de prazo.

#### 10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Orientações ou apoio institucional às instituições participantes do processo de adesão de que trata este Edital serão disponibilizados através da Ouvidoria, pelo telefone "136".

10.2. A SGTES/MS reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas neste Edital.

10.3. Fica estabelecido o foro da cidade de Brasília, Distrito Federal, para dirimir questões oriundas da execução do presente Edital.

HÊIDER AURÉLIO PINTO

### EDITAL Nº 15, DE 2 DE OUTUBRO DE 2015 RENOVAÇÃO E CONFIRMAÇÃO DE ADESAO DE MUNICÍPIOS AOS PROGRAMAS DE PROVISÃO DE MÉDICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

O MINISTÉRIO DA SAÚDE, por intermédio da SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE (SGTES/MS), considerando as ações de aperfeiçoamento na área de Atenção Básica em Saúde em regiões prioritárias para o SUS, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, regulamentado pela Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, e no âmbito do Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PROVAB), regulamentado pela Portaria Interministerial nº 2.087/MS/MEC, de 1º de setembro de 2011, torna pública a realização de chamamento público dos Municípios para renovar a adesão ou confirmar a adesão por provimento de recurso administrativo aos Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde, conforme estabelecido neste Edital.

#### 1. DO OBJETO

Este Edital tem por objeto realizar chamamento público dos Municípios para renovação da adesão ou confirmação da adesão por provimento de recurso administrativo aos Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos da Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, e no âmbito do Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PROVAB), nos termos da Portaria Interministerial nº 2.087/MS/MEC, de 1º de setembro de 2011, conforme critérios estabelecidos no presente Edital.

#### 2. DOS CRITÉRIOS DE ADESAO

2.1. Os Municípios que participarem dos Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde, nos termos e condições deste Edital, estarão habilitados ao preenchimento de vagas disponíveis e previamente autorizadas, ou autorizadas por provimento de recurso administrativo, e disponíveis para aperfeiçoamento de profissionais em suas unidades básicas de saúde.

2.2. Compete à Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS) a definição das vagas disponíveis para fins deste Edital.

2.2.1. A lista dos municípios elegíveis para este edital será disponibilizada no endereço eletrônico <http://maismedicos.saude.gov.br>.

2.3. Para fixação do quantitativo de vagas dos Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde a serem ofertadas aos Municípios serão considerados os seguintes critérios:

2.3.1. as vagas previamente autorizadas, em aberto, em virtude da desistência dos participantes dos programas, desde a sua implantação; e

2.3.2. as vagas autorizadas em razão do deferimento de recursos administrativos de Municípios em face do Edital SGTES/MS nº 09, de 03 de julho de 2015.

2.4. São consideradas vagas autorizadas, para efeito deste Edital, a diferença entre as vagas previamente autorizadas e o quantitativo de profissionais médicos ativos disponíveis no Sistema de Gerenciamento de Programas (SGP) até 23/09/2015 (vinte e três de setembro de 2015).

2.5. Não poderão participar do presente chamamento público os Municípios que:

2.5.1. foram descredenciados de qualquer um dos Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde de que trata este Edital, por decisão das respectivas Coordenações dos Programas,

2.5.2. tenham sido notificados e estejam em situação irregular quanto ao cumprimento das obrigações assumidas no âmbito dos referidos Programas, conforme a regulamentação normativa dos mesmos, ou

2.5.3. solicitarem expansão de vagas, exceto quanto ao previsto no subitem 2.3.2.

2.6. Conforme os critérios delimitados neste Edital são considerados como entes federativos aptos a renovar e confirmar vagas, para fins deste Edital, os indicados na tabela disponibilizada no endereço eletrônico <http://maismedicos.saude.gov.br>.

#### 3. DA RENOVAÇÃO OU CONFIRMAÇÃO DE ADESAO POR PROVIMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO.

3.1. Os Municípios que fizeram adesão aos Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde nos termos do Edital SGTES/MS nº 38, de 8 de julho de 2013, do Edital SGTES/MS nº 50, de 16 de agosto de 2013 e do Edital SGTES/MS nº 22, de 31 de março de 2014, deverão renovar o Termo de Adesão e Compromisso segundo as regras do presente Edital, sob pena de não preenchimento da(s) vaga(s) disponíveis.

3.2. Os Municípios que pleitearam a adesão aos Programas de Provisão nos termos do Edital SGTES/MS nº 09, de 03 de junho de 2015, cujos recursos administrativos foram providos pela SGTES/MS, deverão confirmar a adesão segundo as regras do presente Edital, sob pena de não preenchimento das vagas disponíveis.

3.3. Para renovar ou confirmar a adesão aos Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde, os entes federativos referidos nos itens 3.1 e 3.2 deverão acessar o SGP, através do endereço eletrônico <http://maismedicos.saude.gov.br>, no período indicado no cronograma, e adotar as seguintes medidas:

3.3.1. preencher o formulário, que contém os campos relativos às informações dos Municípios, e o Termo de Adesão/Renovação e Compromisso, conforme modelo constante no Anexo;

3.3.2. aceitar o Termo de Adesão/Renovação e Compromisso, concordando com todas as condições, normas e exigências estabelecidas para os Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde de que trata este Edital;

3.3.3. anexar uma cópia do documento de identidade, do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e do termo de nomeação ou posse do(a) prefeito(a) ou do secretário(a) municipal de saúde, subscritor do Termo de Adesão/Renovação e Compromisso, com respectivo ato de nomeação ou termo de posse; e

3.3.4. indicar representante legal responsável pelo acompanhamento da participação do ente federativo nos Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde, com os respectivos dados de endereço eletrônico, endereço e telefone funcional para contato.

3.4. Para que seja efetivamente consumada e validada a renovação da adesão aos Programas, após o preenchimento do formulário eletrônico, inserção de documentos exigidos e aceite do Termo de Adesão/Renovação e Compromisso, deverá ser selecionada a opção "confirmar a adesão/renovação".

3.5. As informações declaradas e documentos postados serão de inteira responsabilidade do Município interessado em renovar ou confirmar a adesão aos Programas, dispondo as respectivas Coordenações da prerrogativa de excluir aquele ente federativo que não preencher adequada e integralmente o formulário, não enviar os documentos de forma completa, correta ou prestar informações comprovadamente inverídicas.

3.6. Após a renovação/adesão, nos termos do subitem 3.4, os Municípios deverão realizar a confirmação de vagas por meio eletrônico, através do Sistema de Gerenciamento de Projetos (SGP), disponível no endereço eletrônico <http://maismedicos.saude.gov.br>, conforme cronograma disponível.

3.7. Os Municípios aderidos aos Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde, nos termos do Edital SGTES nº 01/2015 e SGTES/MS nº 09/2015, estão dispensados dos procedimentos previstos no item 3.3 e respectivos subitens, devendo apenas realizar a confirmação de vagas, conforme item 3.6.

3.8. No ato de confirmação de vagas, o ente federativo terá conhecimento da quantidade de vagas a ele disponibilizada para recebimento de profissionais e realização das ações de aperfeiçoamento dos Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde de que trata este Edital.